

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

*Minha estrela
também brilha*

Raquel Koch

Campina Grande, outubro de 2002.

Raquel Koch

Alarcon Agra do Ó (orientador)

*Minha estrela
também brilha*

*Monografia apresentada
à Universidade Federal
de Campina Grande,
como um dos pré-
requisitos para obtenção
do grau de licenciatura
em História.*

Campina Grande, outubro de 2002.

Examinadores

.....

.....

.....

Alarcon Agra do Ó (orientador)

*Aos meus pais
Aos meus irmãos
Aos meus mestres
Aos meus amigos*

ALÉ, JÚ E KY.

*“ Onde vá
Onde quer que vá
Leva o coração feliz
Toca a flauta da alegria
Como doce menestrel*

*Onde vá
Aonde quer que vá
Vou estar de olho atento
À tua menor tristeza
Por no teu sorriso o mel*

*Onde vá
Vá para ser estrela
As coisas se transformam
E isso não é bom nem mal
E onde quer que eu esteja
A nossa amizade tem brilho
Vou ver o seu sinal”*

(Por Brilho - Oswaldo Montenegro)

*A vocês minhas irmãs, minhas lágrimas de saudade...
a minha homenagem. Amo vocês!*

Agradecimentos

A meu pai e minha mãe. A vocês que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, não bastaria um simples obrigado. A vocês pais por natureza, por opção e por amor, não bastaria dizer que não tenho palavras para tudo isso...

Aos meus irmãos Jorge e Allan. Por me proporcionar uma convivência pautada em carinho e compreensão.

A todos os meus familiares. Principalmente a Arthursinho por tantas vezes conseguir me acalmar com um simples "eu te amo titia" ao telefone.

Aos meus mestres... mestres na universidade, mestres na amizade e mestres na vida... Alarcon Agra do Ó e Eronides Câmara Donato.

A todos os alunos da APAE. Sem vocês meu trabalho não existiria.

A diretora da APAE Dr. Margarida da Mota Rocha e a todos os funcionários. Muito obrigada por me receberem de portas e braços abertos. Sempre tão carinhosos e prestativos.

Aos funcionários do DHG. A você Socorrinha em especial.

A toda a turma de 98.1. Celebremos a nossa vitória com alegria.

As minhas companheiras de apartamento. Sady, Maísa, Mara e agora Márcia. Foram vocês que presenciaram a maior parte das minhas angústias, dos meus medos, dos meus choros e das minhas saudades... A vocês o meu eterno obrigado.

A Gu. Um dos homens mais sensíveis que cruzou o meu caminho. Cruzou e permaneceu sob a forma de uma das mais sinceras amizades já concedidas por Deus.

A todos os meus amigos, presentes e ausentes, que me ajudaram de alguma maneira. A vocês: Valéria, Thiago, Claudinho, Vinícius, Ulysses, Tarso, Hudson, Nilberto, Jamilo, Saulo, Glads, Rodrigo, Juliano e Joel.

SUMÁRIO:

Apresentação	01
Capítulo I	03
Capítulo II	08
Considerações Finais	18
Referencias Bibliográfica	19
Anexos	20

APRESENTAÇÃO

De um fascínio... quase que um deslumbramento inexplicável, misterioso, místico. Eis que surge a idéia de tentar trabalhar com portadores de necessidades especiais. Esse fascínio a que me refiro está presente em meus projetos muito antes do meu ingresso na Universidade. Olhar para pessoas que antes eu mesma considerava diferente, sempre me causou sensações estranhas, sensações de procura ao entendimento do porquê. Por que aquelas pessoas que todo mundo vê como os "diferentes", aos meus olhos se apresentavam simplesmente como pessoas que sofriam a marginalização e o preconceito? Por que essas pessoas, eu me perguntava, eram vistas como "anormais"... consideradas "os excepcionais"... "os especiais"... "os incapazes"?

O encontro com muitas dessas respostas teve início quando me deparei com uma vasta bibliografia a partir do meu ingresso em um projeto financiado pelo Prolicen e coordenado pela professora do Departamento de História e Geografia Eronides Câmara Donato, a quem tenho o meu eterno agradecimento. Esta bibliografia está inserida dentro do campo dos Estudos Culturais¹ e se fez presente à minha vida acadêmica desde então.

Para conseguir alcançar sucesso em minhas pretensões nesse trabalho devo partir do entendimento de que a "sociedade"² em que vivemos foi construída a partir da racionalidade ocidental, em especial o saber científico. Este a construiu a partir de conceitos utilizados para enquadrar, nomear e classificar lugares marginalizadores para as pessoas consideradas "diferentes". Entre esses lugares está inserido aquele ao qual pertence os portadores de algum tipo de deficiência.

¹ O campo dos Estudos Culturais visa principalmente interpretar e compreender a produção de conhecimentos no mundo cotidiano e as relações que nele se processam, de forma a fortalecer os movimentos e grupos sociais marginalizados.

² Estamos nos referindo à "sociedade moderna".

Carlos Skliar no seu livro “A Surdez: um olhar sobre as diferenças” também cita uma passagem muito feliz se referindo a diferença: “ *A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais de resistência à assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante*”.³

Essa diferença que reconheço como instituída, nos leva ao acúmulo de preconceitos vigentes em toda a sociedade, perpetuando práticas de exclusão quando o assunto está se referindo a portadores de deficiências. A partir disso, encontrei base para tentar procurar respostas a aquelas perguntas que tanto me afligem dentro dessa monografia.

Meu trabalho: “**Minha estrela também brilha**”... a estrela de alguém ou a estrela de ninguém está dividido em dois capítulos: no primeiro procuro mostrar a história da APAE de Campina Grande como mais uma instituição que procura lutar contra o preconceito e a desigualdade com que os portadores de deficiência são tratados na sociedade em que vivemos; e no segundo capítulo proponho uma discussão a respeito da tentativa de inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino, levando em consideração as inúmeras dificuldades encontradas para que isso se realize.

³ SKLIAR, Carlos (org). “A surdez: um olhar sobre as diferenças” Porto Alegre. Editora Mediação. 1998. P. 06

CAPÍTULO I

APAE – CAMPINA GRANDE: UMA HISTÓRIA CONTRA DESIGUALDADES

“Apelo de um excepcional: Olhe para mim – não tenha receio/ fale comigo – mesmo que penses não te poder ouvir/ sorria para mim – mesmo que não consiga te ver/ ensina-me mesmo que pareça não te entender/ tenta – vale a pena/ tenta mais um pouco – pois chegarás a me aceitar.”¹

A história... pensar historicamente geralmente nos ajuda a compreender e a conhecer a formação dos processos que queremos estudar... nos possibilita encontrar caminhos para os resultados que almejamos... proporciona a realização de sonhos por muito tempo desejados. Então, nos debruçamos sobre a história para tentarmos entender a função, as razões, os obstáculos, os segredos, as vitórias e as saudades que fazem parte da APAE da cidade de Campina Grande².

Da necessidade de cuidar, de proteger, de auxiliar... quem até então vivia na exclusão do escuro das suas próprias casas surge a idéia, na cidade do Rio de Janeiro, de criar uma determinada associação que pudesse mudar a realidade de

¹Margarida da Mota Rocha: presidente da APAE – CG.

² Campina Grande – Estado da Paraíba.

peças que foram “marginalizadas” e “enquadradas” pelos padrões construídos discursivamente a partir das narrativas históricas.

Exatamente no dia 11 de dezembro de 1954 fundou-se a primeira APAE³ em âmbito nacional por um grupo de pais de crianças portadoras de algum tipo de deficiência considerada especial. Essas crianças têm por muito tempo sido considerados como pobres coitados, doentes, incapazes, etc. São muitos os valores atribuídos à deficiência, cujas raízes reservam o lugar do diferente - daquele que não é igual ao outro.

Aqui, em Campina Grande, essa realidade só foi conhecida no início dos anos 1980 a partir do momento em que, a Prefeitura Municipal juntamente com a Secretaria de Educação resolveu promover um encontro comemorativo em prol de pessoas portadoras de deficiência que aqui residiam. Essa semana ficou conhecida como “A Semana do Portador de Deficiência” foi realizada no Museu de Artes de Campina Grande. Seu intuito principal foi o de demonstrar o interesse das autoridades da Prefeitura com relação ao assunto, como também, a preocupação da sociedade como um todo quando começa a perceber a verdadeira realidade em que pessoas portadoras de deficiência estavam inseridas. Em meio a esse evento encontrava-se presente um senhor gaúcho que, sem na verdade nunca ter tido a intenção, conseguiria mudar por completo a vida e a história dessas pessoas.

Conhecedor e voluntário da APAE de Porto Alegre – RS naqueles anos, foi persistente em tomar a palavra e declarar em seu depoimento a maneira como os deficientes daquele Estado estavam avançando suas condições de sobrevivência. A partir do seu depoimento e do interesse das autoridades que estavam presentes foi fundada a APAE de Campina Grande no ano de 1982 sob a presidência Carlton Nóbrega. Apesar de totalmente institucionalizada e do imenso esforço dos seus idealizadores a instituição não conseguiu ser operacionalizada, suas portas não foram

³ APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

abertas ao público que esperava com muita ansiedade por um local onde pudessem vir a converter seus sonhos em realidade.

Praticamente dez anos depois, o funcionamento de fato da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande se fez presente na vida cotidiana da cidade, com a ressalva, de que a partir daquele momento os fundadores já podiam contar com a ajuda e colaboração da ilustre Dr. Margarida⁴. Engajados pela luta, juntaram-se ao mesmo grupo de pessoas envolvidas no processo de fundação, uma quantidade considerável de profissionais especializados, entre eles a Dr. Santana Florindo e a Dr. Conceição Medeiros, dispostos a ceder serviços que colocariam em prática o projeto inicial. Esse grupo de profissionais percebeu a necessidade de uma instituição que pudesse atender e ajudar, de alguma maneira, portadores de deficiências, já que, também eram pessoas que faziam parte daquela sociedade, muito embora, não participassem diretamente do cotidiano de pessoas que não portavam algum tipo de deficiência. A diversidade de “diferenças” individuais devem ser reconhecidas e valorizadas para que todos participem efetivamente de uma vida em sociedade.

O grupo formado, então, reunia-se a princípio no HU (Hospital Universitário) e posteriormente na sociedade médica. Um ano depois o projeto da APAE havia encontrado o caminho rumo a sua concretização.

Do início do seu funcionamento no ano de 1994 até o ano de 2001 a APAE esteve em atividade em um prédio doado pelo governo do Estado da Paraíba situado nas proximidades do Parque do Povo. Durante esse período, sobreviveu de doações mensais cedidas por 52 médicos vinculados a Unimed, juntamente com donativos de voluntários e amigos sensibilizados com a causa. Nesse momento a APAE atendia a um número reduzido de crianças, aproximadamente entre 54 do sexo masculino e 42 do sexo feminino.

⁴ Dr. Margarida é uma pessoa que sempre esteve engajada na luta pela APAE.

A partir do ano passado a realidade começa a mudar e a instituição é transferida para uma sede própria e com estruturas mais amplas que visam um maior conforto para seus alunos. Grande parte dos recursos utilizados para a construção desse novo prédio veio da doação feita pela Prefeitura Municipal de Campina Grande juntamente com donativos da comunidade.

Hoje em dia a APAE conta com o quadro de dezesseis funcionários cedidos pelo governo do município, seis do governo do Estado e treze mantidos por recursos próprios da instituição. A estrutura do prédio comporta em média quase 500 crianças, apesar de atualmente esse número não ultrapassar 306 distribuídas entre os turnos da manhã e da tarde. Estas, estão inseridas entre a faixa etária do 00 (zero) meses sem limite de idade, sendo oferecidos como serviços básicos à psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, escolaridade, teste do pesinho, laboratório de informática (este doado pelo MEC), oficinas profissionalizantes e oficinas de arte – dança, música, pintura e esportes.

Na estrutura interna da instituição podemos encontrar uma diversidade de recursos utilizados para facilitar a aprendizagem dos alunos. Entre esses facilitadores estão a brinquedoteca que se encontra repleta de brinquedos e jogos educativos dos quais são utilizados pelas crianças com imensa satisfação e alegria. A sala de leitura também é um ambiente muito freqüentado pela maioria das crianças e é onde acontece a maior parte do trabalho voluntário da APAE. Esses voluntários desenvolvem um trabalho de leitura de livros com inúmeras historinhas onde os alunos podem colocar em prática toda a sua imaginação e criatividade. Encontramos também os “galpões” onde são desenvolvidas as oficinas profissionalizantes que tentam levar o aluno a desenvolver uma profissão, e a oficina de artes – nela temos a pintura como a atividade desenvolvida que designa a maior entre todas as satisfações dos alunos. (ver anexos)

As APAES, hoje filiadas a Federação Nacional, recebem orientação para elaboração de programas e projetos, diante do que a comunidade tem de maior necessidade, possibilitando assim melhorar o atendimento para as pessoas

portadoras de deficiência. Com base na orientação da Federação, também ocorre a capacitação dos funcionários e professores que participam de encontros a nível nacional realizados, tanto para haver uma interação maior entre todas as APAES de todo o Brasil, como também para que aconteça uma renovação constante no trabalho prestado a instituição.

A APAE de Campina Grande, hoje presta serviços à comunidade, graças aos recursos financeiros advindos da Prefeitura Municipal e de doações filantrópicas adquiridas através de campanhas que mobilizam a sociedade como um todo.

De posse da história que rege essa instituição podemos perceber entre os discursos que se pregavam antigamente e aqueles que escutei nas minhas entrevistas uma assimetria muito grande quando o assunto é o preconceito sofrido pelos portadores de deficiências, ou sofreram em maior escala no passado, por parte da sociedade em que vivem. Falar em preconceito nos faz pensar no significado da palavra diversidade: multiplicidade de algo ou coisa. A diversidade é parte da natureza humana e deveria encaminhar a construção de uma sociedade realmente para todas as pessoas. Dessa forma, as pessoas podem ser iguais e ainda assim ter atitudes e práticas diferentes. É muito importante que entendamos que o respeito à diferença não é a negação de necessidades especiais, mas sim, a possibilidade de oferecer desenvolvimento adequado a essas pessoas. E é nesse sentido que encontramos em instituições como a APAE o sentido para o respeito às diversidades e o abandono das desigualdades.

CAPÍTULO II

INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É ISSO?

“Ensinar é marcar um encontro com o Outro e a inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do Outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ou com o qual convivemos um certo tempo de nossas vidas.

Mas alguém que é essencial para a nossa constituição enquanto pessoa e como profissional e que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além.”

Nesta exposição, me proponho a tentar desenvolver uma discussão acerca da inclusão de pessoas portadoras de necessidades educacionais específicas¹ na rede regular de ensino. Esse discurso tem-se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, nos meios de comunicação etc. Muito embora isso venha acontecendo já há algum tempo, não significa que a inserção dessas pessoas nos diversos setores da sociedade seja uma prática presente ou uma realidade já dada.²

¹ Quando estou falando de educação específica refiro-me à educação que está vinculada a crianças portadoras de algum tipo de deficiência.

² Para discutir algumas questões a esse respeito tomo como base alguns estudos que estão sendo feitos dentro do campo dos “Estudos Culturais”. Esses estudos surgem a partir de 1960 na Europa e

A princípio, quero deixar bem claro que, quando me refiro a pessoas portadoras de necessidades específicas, estou incorporando o que Alfredo Veiga Neto³ vem chamando atenção há algum tempo: “(...) *na esteira das contribuições de Michel Foucault (...) para designar esses cada vez mais variados e numerosos grupos que a Modernidade vem, incansável e incessantemente, inventando e multiplicando: os sindrômicos, deficientes, monstros e psicopatas (em todas as suas variadas tipologias), os surdos, os cegos, os aleijados, os rebeldes, os pouco inteligentes, os estranhos, os GLS⁴, os "outros", os miseráveis, o refugio enfim.*”⁵ Apesar disso, aqui estou me referindo mais especificamente a portadores de necessidades especiais que de alguma maneira se sentem prejudicados com a dificuldade de conseguir alcançar o seu lugar na sociedade.

Historicamente falando, a educação inclusiva transitou por movimentos cuja tendência é pôr em questão as políticas e as práticas de exclusão. Ganhou terreno principalmente a partir da segunda metade do século passado tornando-se uma abordagem privilegiada no que diz respeito à satisfação das necessidades educativas de todas as crianças. Nós podemos perceber aí um primeiro momento caracterizado pela exclusão total, onde as pessoas eram simplesmente ignoradas, evitadas, abandonadas ou enquadradas em verdadeiros depósitos humanos mais conhecidos como manicômios. Num segundo, ocorre uma certa mudança no olhar dirigido a essas pessoas, elas passam a ser percebidas como detentoras de certas capacidades, ainda que muitas vezes limitadas, mas que de certo modo são capazes de desenvolver aprendizagens concretas.

tem como essência principal a vinculação explícita a interesses políticos e sociais que norteiam muitas lutas na atualidade.

³ Professor titular do Departamento de Ensino e Currículo e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS. Graduado em história natural e música, é mestre em Genética e doutor em educação. Nos últimos anos, vem trabalhando em uma perspectiva pós-estruturalista - principalmente a partir do pensamento de Michel Foucault - sobre questões relacionadas a Estudos da Ciência, Currículo e Disciplinaridade.

⁴ Alfredo quando usa GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) está se referindo a um conjunto de optantes por práticas sexuais e/ou de gênero que não seguem as assim chamadas “duas categorias normais” : a masculina e a feminina.

⁵ NETO Alfredo Veiga. “Incluir para Excluir” In. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Autêntica. Belo Horizonte. 2001. P.105.

O novo olhar que se instituiu na sociedade estava pautado em práticas que pretendiam incluir os até então excluídos em certos setores sociais, assim, esse olhar não seria mais de rejeição e medo, muito embora, ainda estivesse carregado de preconceitos. Na medida que se propõe a protegê-los com a implantação de asilos, casas que comportariam portadores de deficiência, abrigos e muitos outros lugares em que essas pessoas poderiam ser reconhecidas como diferentes, a exclusão passa agora a ser direcionada e a ser feita com o auxílio institucional.

Acontece então um terceiro momento, que se assumia como um verdadeiro reconhecimento do valor humano dos indivíduos, e conseqüentemente dos seus direitos. Essa tentativa esteve pautada principalmente em aspectos que determinaram um avanço científico muito grande. Entre esses aspectos encontramos a disseminação de conhecimentos que favoreceram o pensamento de dizer não ao preconceito racial que defendia a diferença entre as raças, o questionamento de práticas discriminatórias e o apelo pela democracia tantas vezes aclamado pelas pessoas.

Dessa maneira, cresce a necessidade de indivíduos que não estejam mais mergulhados na ignorância, mas que sejam conhecedores dos seus valores e de seus direitos e deveres. Aumenta, então a importância da educação para a sociedade, ou melhor, a necessidade de programas educacionais que pelo menos tirassem esses indivíduos da condição de ignorantes, ou seja, de programas que pudessem comportar o mais variado e complexo alunado sem deixar que esses atrapalhem o andamento do ensino e da aprendizagem.

Surgem, a partir de então, uma dezena de instrumentos e documentos internacionais defensores do princípio da educação inclusiva: "A Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas" em 1989; "A Conferência Mundial sobre Educação para Todos" para responder às necessidades educativas fundamentais em Jontiem na Tailândia, em 1990; e a "Conferência Mundial sobre Educação Especial – acesso e qualidade" em Salamanca no ano de 1994; são exemplos de

alguns documentos que refletem o apelo mais claro e evidente da educação especial pertencer a estrutura de “Educação para Todos”⁶

Partindo para a prática, a realidade que encontramos na veia escolar, demonstra que a inclusão não deve ser tratada com a simplicidade que vem sendo abordada, pois a mesma está enfrentando várias dificuldades. As políticas de inclusão escolar, ora tem enfrentado a resistência de pedagogos tradicionais, ora tem enfrentado dificuldades de ordem prática, pois não levam em consideração que as várias identidades culturais têm suas raízes bem mais profundas do que os discursos progressistas costumam ver.

Desse modo, o mergulho dos portadores de algum tipo de deficiência dentro da sala de aula dos ditos “normais” enfrenta barreiras que precisam ser transpassadas, barreiras essas que se chocam com a inadequação dos métodos e técnicas baseadas no ensino tradicional.⁷ A abertura das portas das escolas às diferenças⁸ - aqui a questão da diferença é muito bem explicada por Stuart Hall quando o mesmo afirma que a Modernidade é uma das maiores responsáveis por essa construção: (...) *“as sociedades atuais são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” - isto é de identidades - para os indivíduos*⁹, implica em uma verdadeira revolução nesses métodos de ensino e aprendizagem, uma vez que, tanto os alunos como os professores estão acostumados a um único modelo de ensino pautado em uma aprendizagem homogênea, onde todos os alunos aprendem de forma igual e repassam esse conhecimento através da avaliação tradicional - também de forma idêntica.

⁶ Essa expressão foi definida na Conferência de Jontiem.

⁷ O ensino tradicional está pautado em estudos que prezam pela transmissão de conhecimentos e uma individualização da aprendizagem.

⁸ Infelizmente ainda temos que tratar a diferença como algo que existe naturalmente, e assim respeitá-la. Espero o dia em que as pessoas percebam e entendam que a diferença faz parte de uma série de preconceitos que foram construídos historicamente.

⁹ HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. (Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira Lopez Louro), Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997. P. 17.

Para a maioria dos professores que exercem atividades nas nossas escolas atualmente, é complicado entender a tentativa dessa inclusão. Isso se torna até compreensível quando analisamos as atuais práticas pedagógicas que ainda estão relacionadas ao modelo conservador do ensino, dessa maneira, ninguém se arrisca em atender a idéia da inclusão em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, de livros didáticos iguais, de uma única tarefa no quadro e um único modelo de prova em que se espera dos alunos a mesma resposta correta.

Essas dificuldades que estão sendo encontradas não estão simplesmente relacionadas a necessidades de ordem cotidiana, ou seja, elas não advêm da ordem natural das coisas, mas sim de um arranjo inventado que determina o devido lugar de cada um dentro da sociedade, de uma disposição que marca a ordem e a norma a qual acaba por designar a separação entre “normais” e “anormais” instituindo o que Dagmar Estermann Meyer¹⁰ chamou de “*lógica das oposições binárias*”¹¹. Dessa forma, as escolas que aceitam a inclusão, e estão sentindo essas dificuldades, têm em suas salas de aula determinações enraizadas, fazendo com que todos acabem por aceitar a lógica imposta existente quando os alunos são divididos em níveis, idades, gênero e classes sociais, instituindo-a para determinar a ordem no cotidiano das pessoas, levando a todos ao conhecimento do lugar do eu (ou dos nós) e do lugar do outro.

No ensino tradicional e conservador, a competição acirrada entre os alunos leva ao acúmulo de individualismos que acabam por transformá-los em pessoas que não desenvolvem a sensibilidade de perceber o outro, de reconhecer que a outra pessoa também possui capacidades de aprendizagem. Essas capacidades podem até ser consideradas diferentes daquelas atribuídas a uma pessoa conhecida como “normal”, mas isso não justifica a desigualdade com que os portadores de deficiência

¹⁰ Dagmar Estermann Meyer é professora adjunta da UFRGS e doutora em educação na mesma instituição.

¹¹ MEYER, Estermann Dagmar. “ Etnia, Raça e Nação: O currículo e a construção de fronteiras e posições sociais” In: O Currículo nos Limiares do Contemporâneo. 2ª Edição. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 1999. P.74

são tratados na atual sociedade em que vivemos. *“Não são vistos pela diferença em si, mas sim pela desigualdade e pelo preconceito”*¹².

A inclusão, a partir destes pressupostos, poderia significar, tanto a oportunidade de uma criança “normal” crescer, em termos do alcance de uma sensibilidade mais aguçada, a partir do momento que estaria tendo contato mais direto com o que ela mesma considera como “o diferente”, chegando até mesmo a desmistificar a impressão negativa que carrega consigo a cerca do portador de deficiência especial, como também, o próprio portador poderia vir a viver em uma sociedade onde todas as capacidades que lhe foram atribuídas fossem aceitas, sem mais precisar se preocupar com a terrível comparação a alguém que é visto como “normal”, capaz e tem o respeito do outro. Essa comparação leva ao que conhecemos como construção de lugares para os que são identificados como “anormais” e, também, a construção de não-lugares para os ditos “normais” que está sempre atravessada por relações de poder, das quais os conhecidos como “anormais” acabam por ficar em lugares determinados de inferiores. Como explica Alfredo Veiga Neto: *“Assim o que é crucial entender, é que os anormais não são, em si ou ontologicamente, isso ou aquilo; nem mesmo eles se instituem em função do que se poderia chamar de desvio natural em relação a algumas supostas essências normais”*¹³.

A série de problemas e dificuldades que envolvem a tentativa da inclusão escolar estão presentes no seio das escolas de todo o Brasil. Aqui na cidade de Campina Grande o problema tem aflorado de forma que, as pessoas envolvidas diretamente com portadores de deficiências específicas, estão procurando escolas que acolhem essas crianças, muito embora, não estão conseguindo grandes novidades.

¹² Esta fala pertence a Juciene, uma grande amiga que participa do mesmo grupo de estudo que eu.

¹³ NETO Alfredo Veiga. “Incluir para Excluir” In. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Autêntica. Belo Horizonte. 2001. P.106.

Atualmente estão em funcionamento apenas duas escolas da rede particular de ensino que aceitaram como alunos crianças portadoras da síndrome de dawn¹⁴ passando a incluí-las dentro da sala de aula de crianças ditas “normais”.

As pessoas que nascem com a síndrome, ou com a deficiência mental como são conhecidas, tem ao longo da história sido consideradas como demônios, seres amaldiçoados, quase animais, doentes, etc. São muitos os adjetivos que caracterizam essas criaturas e os colocam no lugar do diferente, daquele que não é como os outros. A história nos mostra que, de um atributo divino ou de algo que estava ligado ao misticismo, a questão de ser ou não um deficiente mental passou a ser relacionada com desvio biológico, ou seja, agora estaria ligado à ciência e teria cura. Têm-se o início dos processos de reabilitação e educação.

Esses processos a que me refiro acima estão vinculados as instituições que se tornaram especialistas para essa reabilitação e para a educação das crianças com deficiência mental. Atualmente encontramos a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) como uma das maiores representantes para esse papel. Sua participação na vida da sociedade vai muito além do ato de proporcionar uma educação que ajuda ao crescimento mental das crianças, mais que isso, presta serviços que auxiliam os pais dessas crianças a enfrentarem o problema com outros olhos, já que, o desenvolvimento da criança só é alcançado quando a própria família está ciente das dificuldades e limitações.

Não podemos negar, então, a importância que instituições desse tipo tiveram e ainda tem nas mudanças que ocorreram na vida dos portadores de deficiência. Alguns educadores afirmam que se tornaram locais aos quais acabam por praticar a exclusão – mesmo sem querer – e determinam lugares sociais definidos. Essa é uma prática um tanto quanto radical, podemos entender as instituições especializadas como locais que estariam, de uma forma ou de outra, mais preparados para auxiliar o crescimento de uma criança. Isso nos remete, mais uma

¹⁴ A Síndrome de Dawn é causada pela alteração cromossômica que ocorre no momento da divisão celular. A criança nasce com um excesso de material genético do cromossomo 21.

vez, à inclusão de crianças às salas de aula do ensino regular. Se as escolas estivessem preparadas para receber os portadores de deficiência, talvez nós pudéssemos dizer que não seria adequada a permanência dessas instituições na cena cotidiana da sociedade.

Tendo em vista estas questões, encontrei na APAE – CG a fonte necessária para minha pesquisa. As visitas à APAE foram compostas por entrevistas a funcionários e a pessoas que mantinham relações diretas com as crianças que são atendidas naquela instituição. Emocionou-me profundamente o relato de uma funcionária e mãe¹⁵ que enfrentou nos anos de 1960 o nascimento de uma filha portadora de paralisia cerebral¹⁶. Essa criança nasceu sob condições que exigia da mãe uma assistência quase que total para que lhe assegurasse a sobrevivência. Enfiada em consultórios médicos, ouviu de tudo um pouco em relação ao diagnóstico de sua filha, sendo quase convencida do não desenvolvimento mental que a criança iria ter. Em um dos últimos médicos que consultou, para receber pelo menos algumas palavras de incentivo, determinou profundamente a vida e a sobrevivência da sua filha. Encoberta por lágrimas, saiu da sala de atendimento com sua filha no colo e as seguintes palavras ainda ecoando em seus ouvidos: *“Não se preocupe , minha senhora, sua filha não passará dos quinze anos”*. Atualmente, aquela criança que deveria ter falecido aos quinze anos esta com trinta e cinco anos de idade, vendendo saúde e alegria pelo simples fato de ter conseguido, juntamente com a força que sempre esteve embutida na pessoa da sua mãe, contrariar um discurso médico que se diz conhecedor de toda a verdade.

Essa mesma mãe, enfrentou também a força que institui o preconceito quando procurou junto às escolas de Campina Grande uma oportunidade que viesse garantir os estudos de sua filha. A criança, hoje uma mulher, enfrenta muitos problemas que poderiam ter sido evitados se essa tivesse tido a oportunidade de começar desenvolver suas capacidades de aprendizagem logo nos seus primeiros

¹⁵ Conceição trabalha como secretária na APAE – CG e tem uma filha com problemas mentais. Cedeu-me gentilmente o relato de uma vida pautada em lutas contra o preconceito.

¹⁶ Essa deficiência é causada quando ocorre prorrogação do tempo do nascimento da criança.

anos de vida. Fecharam-lhe as portas de todas as escolas. Sua menina teve que encontrar dentro de casa uma verdadeira escola para a vida... passou a aprender tudo, o que a mãe disposta, poderia vir a ensinar-lhe. Somente a partir do funcionamento da APAE – CG sua filha passou a ter instrução especial, garantindo assim, um avanço muito grande em relação a sua capacidade de aprendizagem.

Certa de que sua filha não teria o mesmo desenvolvimento que as outras crianças, não estava preocupada com este fato, estava sim, procurando dar os primeiros passos em favor de uma luta contra o preconceito construído pela Modernidade¹⁷ em relação aos portadores de deficiência.

Gostaria de ressaltar mais uma vez que, a inclusão somente trará bons frutos para a educação brasileira se ocorrerem mudanças no ensino regular, ou seja, no âmbito do aprimoramento das práticas desse ensino, bem como também, na mentalidade de pedagogos, diretores, professores, pais, alunos, enfim em todos os que se interessam de uma forma ou de outra pela educação na sociedade.

Discutir estas questões me faz pensar no curso de graduação que estou terminando¹⁸. Ser aluna de um curso de História para mim, e tenho certeza de que para muitas pessoas, se tornou um privilegio ímpar de narração indescritível. Passar quatro anos mergulhada em leituras transformaram a minha vida e me fizeram, acima de tudo, desenvolver sensibilidades para questões que não estão embutidas no censo comum. A partir disso, às vezes me surpreendo questionando se o curso atualmente vem formando professores que estão preparados para trabalhar com pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, ou mais, me interrogando o por quê de negar a oportunidade dos alunos simplesmente discutirem esse tipo de questão? Muitos poderiam justificar essa questão enfatizando que esse tipo de assunto diz respeito somente ao curso de Pedagogia¹⁹, mas será que o curso de História também não forma professores? E esses professores não encontrariam o

¹⁷Ver: BAUMAN, Z. O mal-estar da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

¹⁸ Curso de História da Universidade Federal da Paraíba.

¹⁹ O "natural" é que o curso de Pedagogia ofereça esse tipo de discussão aos seus alunos.

desafio de trabalhar com portadores de deficiência? Desanima-me, incomoda-me e chega a me envergonhar pensar que eu, que tenho leituras a esse respeito não me encontro preparada para enfrentar essas questões e trazê-las para minha realidade.

É sobre o princípio da igualdade que se fundamenta a tentativa da Inclusão escolar, mas isto não pode ser aceito quando os meios a que poderíamos nos utilizar para realizar o que muitos consideram uma utopia, são amplamente insuficientes e inadequados, tendo em vista as necessidades das crianças portadoras de necessidades especiais. Quando as escolas não estão preparadas para atenderem todos os tipos de necessidades de todos aqueles que são seus alunos, então, conseqüentemente, essas escolas não estão preparadas para receber os alunos considerados especiais. Se ocorrer a inclusão por meios inadequados, estaremos instituindo mais uma vez lugares que se preocuparão em reconhecer o “diferente” partindo assim mais uma vez para um processo de exclusão.

“Aonde não exista afeto de fato não há relação humana possível e portanto não haverá inclusão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quero enfatizar, nesta conclusão, a importância de se rever práticas enraizadas culturalmente na sociedade em que vivemos. Os portadores de necessidades específicas que tantas vezes me referi são: indivíduos, cidadãos, sujeitos, homens, mulheres, enfim, pessoas que encontram em suas limitações as razões para conseguir vencer o preconceito.

Este preconceito, está instituído sob padrões que regem a normalidade, ou seja, existe como uma prática cotidiana a partir do que nós conhecemos como o “normal” e o “anormal”, o “certo” e o “errado”, o “feio” e o “bonito”, o “branco” e o “negro”. São nessas práticas, que qualificam, identificam, enquadram e nomeiam o outro, onde encontramos o preconceito construído acerca do portador de deficiência específica.

Assim, com olhos de quem percebe a desigualdade determinada a portadores de deficiências específicas atualmente, posso por meio desta, tentar provocar no leitor uma pequena reflexão acerca dos nossos atos, cujas práticas, acabam por concretizar ações que levam ao exercício discriminatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. O mal-estar da Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FRAGO, Antônio Vinao; ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. Identidade Cultural na Pós-Modernidade. (Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira Lopez Louro), Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

MEYER, Estermann Dagmar. " Etnia, Raça e Nação: O currículo e a construção de fronteiras e posições sociais" In: O Currículo nos Limiares do Contemporâneo. 2ª Edição. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 1999.

NETO Alfredo Veiga. "Incluir para Excluir" In. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Autêntica. Belo Horizonte. 2001.

RIBEIRO, Marcos (org). " Educação sexual para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais" In: O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo. Editora Gente, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: Uma introdução às teoria do currículo. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 1999.

SKLIAR, Carlos (org). "A surdez: um olhar sobre as diferenças" Porto Alegre. Editora Mediação. 1998.

ANEXOS



